

CONVENÇÃO COLETIVA DE BRUSQUE 2011/2012

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2011/2012

O SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BRUSQUE, GUABIRUBA, BOTUVERÁ, E NOVA TRENTO de um lado, e de outro o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BRUSQUE, GUABIRUBA, BOTUVERÁ, VIDAL RAMOS, NOVA TRENTO, SÃO JOÃO BATISTA E CANELINHA, representados por seus diretores, na conformidade do deliberado por suas Assembléias Gerais Extraordinária, celebram uma Convenção Coletiva de Trabalho, para que seus dispositivos disciplinem os contratos individuais de trabalho vigentes e por serem firmados, naquilo que lhes forem aplicáveis cujas disposições são as seguintes:

1 – DATA BASE

As partes convenientes registram que este é o 20º (vigésimo) pacto do gênero deliberam, de comum acordo, manter o dia 1º de maio, como data base, fixando tal data para servir como base de início da vigência desta e de futuras convenções coletivas.

2 – PISO SALARIAL

Convencionam as partes a fixação de um piso salarial que será o PISO PROFISSIONAL MÍNIMO para os empregados abrangidos por esta Convenção, nas importâncias abaixo especificadas:

Mestres:

Esta categoria abrange os mestres ou o equivalente, com o piso mínimo de R\$ 1.025,00 (Hum mil e vinte e cinco reais) mensal ou R\$ 4.65 p/h (quatro reais e sessenta e cinco centavos por hora). A partir de 1º de maio de 2011.

Profissional:

Nesta categoria considerando o pedreiro, carpinteiro, armador, eletricista, pintor, serrador, marceneiro, operador de máquinas, pesadas e leves de estrada, canais, etc... (conforme estatuto do Sindicato Profissional).

Com o piso mínimo de R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais) mensal ou R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos), a partir de 1º de maio de 2011.

Meio Oficial:

Considerando-se nesta categoria os trabalhadores da construção e do mobiliário que tenham conhecimento da função, com o piso mínimo de R\$ 700,00 (setecentos reais), ou R\$ 3,18 (três reais e dezoito centavos), a partir de maio de 2011.

Servente:

Todos os serventes da categoria receberão o salário mensal de R\$ 680,00 (seiscentos e oitenta reais) ou R\$ 3,09 (três reais e nove centavos), a partir de 1º de maio de 2011.

3 – REPOSIÇÃO SALARIAL

Todos os salários dos trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho

receberão 7% (sete por cento) sobre o salário de abril de 2011.

Parágrafo Primeiro – Os contratos em vigor posteriores a 01 de maio de 2010 serão corrigidos proporcionalmente ao número de meses trabalhados no período de 01/05/2010 a 30/04/2011. Todas as rescisões que ocorrem após esta data serão corrigidas com a inflação (INPC) anterior a mesma.

Parágrafo Segundo – As empresas que concederam antecipações salariais prevista na Convenção anterior ou antecipações espontâneas devidamente comunicadas ao Sindicato Profissional no mês da antecipação, no período de 01/05/2010 a 30/04/2011, poderão deduzi-las dos reajustes ora determinados.

Parágrafo Terceiro – Após o cumprimento da presente cláusula recebe as Empresas da Categoria Econômica plena e geral quitação de toda e qualquer perda salarial verificada no período de 01 maio 2010 a 30 de abril 2011.

Parágrafo Quarto – Toda empresa que conceder antecipação salarial a seus funcionários, só poderá fazê-lo num índice igual para todos, também só poderá compensar se comunicar por escrito no mês da antecipação, ao Sindicato Profissional.

Parágrafo Quinto – Comprometem-se as partes a mensalmente se reunirem para tratativas concernentes às eventuais perdas salariais futuras e demais assuntos de interesse da categoria.

4 – SUBSÍDEO CÔNJUGE

As empresas concederão uma vantagem extra salarial mensal denominada subsídio cônjuge, no valor equivalente a R\$ 57,50 (cinquenta e sete reais, e cinquenta centavos) por empregado casado, ou que comprovadamente viva em união de fato desde que o empregado não tenha durante o mês nenhuma falta ao serviço exceto as justificadas conforme lei. Inclusive no décimo terceiro salário.

5 – PRÊMIO FREQUENCIA

As empresas concederão mensalmente aos empregados que não tiverem durante o mês nenhuma falta no serviço, exceto as justificadas, a título de prêmio freqüência à importância de R\$ 31,80 (trinta e um reais e oitenta centavos) por mês. Inclusive no décimo terceiro salário.

6 – CONTRIBUIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE BENEFÍCIOS

As Empresas deferem a concessão de uma taxa mensal denominada Contribuição para manutenção de benefícios, em favor do Sindicato profissional, no valor de R\$ 6,00 (seis reais) por mês e por empregado associado ou não. Inclusive no 13º salário. Obs.: Este valor não deverá ser descontado dos trabalhadores, e sim, pago pela empresa.

Parágrafo Único - O pagamento da referida subvenção, será até o dia 10 de cada mês e do décimo terceiro salário até dia 20 de dezembro, com guias fornecidas pelo Sindicato

Profissional. Este valor será pago pela empresa.

7 – MENSALIDADE SINDICAL

Fica convencionado que o vencimento do depósito das guias de recolhimento de mensalidades de associados será no décimo dia de cada mês subsequentes ao vencimento. As mesmas serão fornecidas pelo Sindicato Profissional (Conforme Artigo 545 da CLT).

A partir de maio de 2011 o valor será reajustado, conforme aumento concedido à categoria decidido em assembléia dos trabalhadores. Inclusive no décimo terceiro salário.

Parágrafo Único: O valor da mensalidade a partir de 1º de maio de 2011 é de R\$ 40,00 (quarenta reais).

8 – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA (CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL)

Conforme deliberação na assembléia geral extraordinária dos trabalhadores da categoria profissional realizada em sua BASE TERRITORIAL, regularmente convocados através de Edital publicado na imprensa, entenderam aprovar e manter em 3 (três) vezes por ano, o desconto de todos os empregados, associados ou não a título de contribuição confederativa no percentual correspondente a 10% (dez por cento) do piso salarial profissional, descontado em três vezes, sendo 4% (quatro por cento) no mês de maio de 2011 (dois mil e onze), 3% (três por cento) no mês de setembro de 2011 (dois mil e onze) e 3% (três por cento) no mês de dezembro de 2011 (dois mil e onze), objetivando o custeio do sistema confederativo, e despesas realizadas nas negociações da CCT, conforme o que trata o item IV, do artigo 8 da Constituição Federal e artigo 513 letra (e) da CLT.

Parágrafo Primeiro – As quantias descontadas deverão ser recolhidas até o 10º (décimo) dia após o efetivo desconto em qualquer agência bancária credenciada ou na sede do sindicato dos trabalhadores, através de guias próprias, que serão encaminhadas pelo Sindicato Profissional às empresas. Sendo que do total arrecadado 99% (noventa e nove por cento) para o sindicato dos trabalhadores e 0,8% (zero vírgula oito por cento) será repassado a Federação dos Trabalhadores (FETICON), e 0,2% (zero vírgula dois por cento) sendo repassado a Confederação dos Trabalhadores CNTI.

Parágrafo Segundo – Fica assegurado aos empregados o direito de oposição ao desconto da referida taxa, a qual deverá ser apresentada individualmente pelo empregado diretamente ao sindicato profissional no prazo de 10 (dez) dias anteriores aos descontos em carta escrita de próprio punho.

9 – REVERSÃO PATRONAL

Fica estabelecido de conformidade com a deliberação da Assembléia Geral do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Brusque, Nova Trento, Botuverá e Guabiruba, a TAXA DE REVERSÃO PATRONAL equivalente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) para todas as empresas, pagáveis até o dia 30 de setembro de 2011 em guia própria, expedida pelo Sindicato Patronal. As empresas associadas em dia com suas mensalidades terão um desconto

de 50% (cinquenta por cento).

Parágrafo Primeiro – As empresas que deixarem de recolher a taxa de reversão no respectivo vencimento, ficarão sujeitas à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor fixado, devidamente atualizado pela UFIR, e juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, desde o dia do vencimento até seu efetivo pagamento.

Parágrafo Segundo – As empresas que vierem a se constituir durante a vigência desta convenção coletiva, ficarão da mesma forma, sujeitas ao pagamento da taxa de reversão mencionada no caput desta cláusula, tendo por vencimento, o dia 30 (trinta) do mês de sua constituição.

10 – FÉRIAS

1. A todo empregado será assegurado, se vier a pedir demissão, férias proporcionais ao tempo de trabalho.

2. Será somente contado como período de férias, quando for concedida com 2 (dois) dias que antecedem ao descanso remunerado ou feriado, ao contrário, só contará como férias o primeiro dia útil, imediatamente posterior ao descanso remunerado ou feriado.

11 – HORAS EXTRAORDINÁRIAS

As horas extraordinárias serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) quando prestadas em dias normais e 100% (cem por cento) quando prestadas em domingo e feriados sendo incluídos nos cálculos de 13º salário, férias e repouso remunerado.

Parágrafo Único – Na necessidade de fazer mais de 2 (duas) horas extras diariamente ou esporadicamente, a empresa fornecerá gratuitamente um lanche.

12 – ADICIONAL NOTURNO

As empresas remunerarão o trabalho noturno com acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o salário recebido quando a prestação de serviço ultrapassar às 22:00 horas até às 5:00 horas da manhã.

13 – DA AJUDA DE CUSTO

O empregado deslocado para prestação de serviço fora de seu município de domicílio, receberá transporte, alojamento e alimentação gratuita, inclusive domingos e feriados, quando sua permanência no local de trabalho for decidida em comum acordo entre ambas as partes.

Parágrafo Único – As empresas colocarão à disposição de seus funcionários o vale transporte, a ser utilizado nos termos da Lei nº 7.418 de 16 de dezembro de 1985.

14 – DO AVISO PRÉVIO

Para os empregados que tenham mais de 6 (seis) anos de serviço ininterruptos na mesma empresa e tenham mais de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, o aviso prévio a ser concedido pela empresa, caso venham a ser demitidos sem justa causa, será de 60 (sessenta) dias; todavia, a aplicação da presente cláusula é recíproca, se a demissão ocorrer por solicitação do empregado.

Parágrafo Único – Fica o empregado dispensado do cumprimento do aviso prévio, sem qualquer despesa, desde que comprove sua admissão em outra empresa, com correspondência por esta emitida e reconhecida pelo Sindicato Profissional, garantido, porém, sua permanência no serviço pelo prazo de 10 (dez) dias para os profissionais e 5 (cinco) para os demais trabalhadores, necessários para que a empresa encontre um substituto.

15 – GARANTIA ESPECIAL DE EMPREGO

Fica garantido o emprego ao funcionário que estiver prestando serviço militar obrigatório desde quando decidida sua incorporação através de exame de capacidade física e mental, até o seu retorno à atividade profissional.

Parágrafo Único – O disposto nesta cláusula não se aplica aos casos de rescisão por justa causa.

16 – DO CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência será de no máximo 90 (noventa) dias, conforme estabelece os artigos 445, PU e 451 da CLT.

17 – DO SALARIO DO SUBSTITUTO

Ao empregado admitido para a função de outro dispensado sem justa causa, será garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem contar as vantagens pessoais.

18 – SALARIO DO EMPREGADO MAIS NOVO

Não poderá o empregado mais novo na empresa receber salário superior ao do mais antigo na mesma função.

19 – DA LICENÇA AO ESTUDANTE

Serão abonadas as faltas de empregados estudantes em dias de exames que se realizem em horários coincidentes com o de trabalho, e desde que prestados em estabelecimentos oficiais ou reconhecidos por órgão competente, se pré – avisada a empresa com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e mediante comprovação posterior, inclusive para vestibular, em até 10 (dez) dias ao ano.

20 – DAS HOMOLOGAÇÕES

Serão homologadas pelo Sindicato da categoria profissional, todas as rescisões de contrato de trabalho, exceto aquelas ocorridas por termino de contrato de experiência e rescisão

antecipada do contrato de experiência. Se for de interesse do funcionário esta rescisão deverá ser homologada no sindicato a qualquer tempo.

21 – DA RELAÇÃO DE EMPREGADOS

A partir de junho de 2011, as empresas deverão enviar ao Sindicato dos Trabalhadores a relação de seus empregados, contendo a discriminação de suas respectivas funções, salários e data de admissão. No mês de setembro de 2011 e janeiro de 2012 as empresas fornecerão nova relação de seus funcionários contendo discriminação de suas respectivas funções, e data de admissão.

22 – DAS REUNIÕES

As convocações, por qualquer das partes convenientes, de reunião para a discussão de assuntos relacionados a presente convenção ou outros de interesse da categoria, deverá ser efetuada com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas da data pretendida.

23 – DA LICENÇA A DIRIGENTES SINDICAIS

Os dirigentes sindicais da entidade profissional terão licença remunerada para comparecimento a encontros, congressos e representações, no total de 10 (dez) dias por ano, desde que solicitadas com 3 (três) dias de antecedência, e assim consideradas: Licença de 1 (um) dia para 3 (três) dirigentes da mesma empresa, conta-se como 3 (três) dias de licença.

24 – DA SINDICALIZAÇÃO

Toda a empresa está obrigada partir desta data, ao contratar um novo funcionário, a apresentar ao mesmo, proposta de sindicalização, conforme modelo fornecido pelo Sindicato Profissional, para que o mesmo opte pela sindicalização ou não. Esta proposta deverá ser preenchida e enviada ao Sindicato Profissional no mês da contratação. Independente da opção.

25 – DO QUADRO DE AVISOS

As empresas colocarão à disposição do Sindicato Profissional, um local para a fixação de avisos e editais de interesse dos trabalhadores, devendo a matéria ser previamente submetida ao exame da empresa.

Parágrafo Único – Não tendo a empresa um local próprio para a fixação dos avisos na sua sede ou canteiro de obras, fica garantido o acesso do dirigente sindical mediante prévia autorização, acompanhado do empregador ou seu preposto.

26 – DO EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO

As empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados e para uso em serviço, quando por lei ou por elas exigidas, os equipamentos de proteção individual, uniformes, calçados e qualquer outro equipamento necessário conforme NRs e leis em vigor.

27 – DA COMPENSAÇÃO DOS FERIADOS

As empresas poderão estabelecer, mediante acordo com seus empregados e desde que assistidos pelo Sindicato Profissional, programas de compensação de dias úteis intercalados com feriados e fins de semana, desde que os empregados possam ter períodos de descanso mais prolongados.

Parágrafo Primeiro – Se não for possível o trabalho em outros dias, não haverá salário para as horas não trabalhadas.

Parágrafo Segundo – O acordo considerar-se-á válido para todos os empregados, desde que conte com a aprovação da maioria destes em geral ou dos setores específicos, objeto do mesmo.

28 – JORNADA DE TRABALHO

Para cumprimento do disposto no inciso XIII do artigo sétimo da Constituição Federal, as partes reconhecem como válida a adoção pelas Empresas representadas pelo Sindicato Patronal do seguinte:

Funcionamento da semana em 44 (quarenta e quatro) horas de trabalho. Sendo que as empresas que não tem expediente aos sábados podem compensar as horas de sábado nos demais dias da semana.

Parágrafo Único – As empresas que não adotarem sistema de compensação acima descrito farão acordo com seus empregados para fixarem a jornada a ser adotada, mediante assistência do Sindicato Profissional.

29 – DO BANCO DE HORAS

As horas trabalhadas semanalmente que excederem as 44 (quarenta e quatro) até o limite de 50 (cinquenta) serão creditadas no Banco de Horas, anotadas em controle próprio assinado pelo empregado e empregador, elaborado em três vias, das quais uma fica com o empregado, outra com a empresa e a terceira via deverá a empresa encaminhar ao Sindicato Profissional, sob pena de não o fazendo gerar a nulidade do Banco de Horas.

a) As horas creditadas ou debitadas no banco de horas serão zeradas num período máximo de 90 (noventa) dias contados da data de sua instituição, sendo que o saldo de horas devidas pelos empregados será assumido pelo empregador e o saldo de horas positivas será pago pelo empregador, como horas extras, no mês seguinte ao do que foi completado os 90 (noventa) dias.

b) As horas trabalhadas em domingos e feriados não integrarão o Banco de Horas, sendo estas quando de sua realização remuneradas como extras, de acordo com o estabelecido nesta Convenção.

c) Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho o saldo do Banco de Horas será levado até a

data da demissão, sendo o saldo credor pago como horas extras na rescisão e o saldo devedor suportado pelo empregador.

e) Caso o empregado não tenha horas a compensar e a empresa reduza sua jornada de trabalho, essa redução não prejudicará sua remuneração mensal, ficando estas horas lançadas no banco de horas para compensação dentro dos 90 (noventa) dias.

f) As empresas somente poderão adotar o Banco de Horas se estiverem em dia com suas obrigações junto ao Sindicato Profissional.

30 – DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA (Lei Nº 9.958, de 12.01.00)

Com objetivo de promover a conciliação extra judicial de questão de natureza trabalhista, eventualmente surgida da relação entre empregados e empregadores da categoria, os Sindicatos convenientes manterão uma comissão, que será composta e organizada com as seguintes atribuições:

a) Sempre que houver controvérsias resultantes das relações de trabalho qualquer das partes nela inserida poderá acionar o sindicato representativo, para que este como assistente reduza a termo a reclamação e encaminhe à entidade contrária, a qual se responsabilizará pela notificação da presença da outra parte, e, num prazo máximo designará data, local e horário para realização da reunião sindical perante a comissão

b) A Comissão de Conciliação será composta por 2 (dois) representantes de cada sindicato, sendo 1 (um) titular e 1 (um) suplente, indicados cada qual pelas suas entidades.

c) As partes envolvidas poderão fazer-se acompanhar por quem lhes interessar.

d) Do resultado das reuniões será lavrado uma ata, com força de título executivo, na qual constara a solução ou não da conciliação.

e) Para manutenção da Comissão, cada parte assistida, pagará a seu sindicato a importância de 5% do valor do acordo.

f) As demais questões de natureza funcional e administrativa da comissão serão regulamentadas em documento aditivo, se necessário, de conformidade com o que determina a Lei Nº 9.958 de 12.01.00.

31 – DAS ANOTAÇÕES NA CTPS

Serão anotadas nas carteiras profissionais dos empregados as funções e os respectivos salários, além das demais informações que se fizerem necessárias.

32 – EMPREGADO SEM REGISTRO

Toda empresa que for flagrada com funcionários sem registro pagará uma multa ao Sindicato Profissional de um Piso Profissional, independente de ser ou não autuada pelo órgão fiscalizador competente.

33 – CIPA

As empresas nos termos da legislação vigente instituirão a CIPA, adequando-as na forma da NR 18 e outras medidas de medicina e segurança do trabalho.

34 – DO COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão aos seus empregados comprovantes de pagamento contendo, pelo menos, o nome do empregado e o da empresa, as importâncias pagas ou creditadas, e os descontos efetuados.

Parágrafo Único – As empresas que pagarem os salários de seus funcionários com cheques, no ultimo dia previsto em lei deverão conceder-lhes no mesmo dia, dentro do expediente bancário, o tempo necessário para que possam recebê-los na agencia bancaria respectiva, sem prejuízo dos salários.

35 – DO SEGURO DE VIDA

As empresas contrataram um seguro de vida no valor mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para todos os empregados integrantes da categoria.

Parágrafo Primeiro – O custo deste seguro devida ser pago pela empresa contratante.

Parágrafo Segundo – As empresas que descumprirem com esta cláusula, serão responsabilizadas pela indenização do funcionário acidentado, cobrindo o valor mínimo do seguro.

36 – COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

As empresas comunicarão ao Sindicato Profissional os acidentes de trabalho de qualquer natureza ocorridos com seus empregados, independentemente do aviso ao órgão previdenciário.

37 – DAS PENALIDADES

Pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição ajustada neste instrumento, convencionou-se a aplicação de multa, em favor do Sindicato Profissional, no valor correspondente a 8% (oito por cento) do Piso Salarial Profissional, por infração da empresa, e por empregado.

38 – VIGÊNCIA

Esta convenção vigorará por um ano, a partir de 1º de maio de 2011 ate 30 de abril de 2012, facultada a prorrogação em comum acordo entre as partes convenientes.

As partes convenientes se comprometem a executar esta convenção com lealdade e boa fé, assinando este documento em 4 (quatro) vias, devendo a original ser apresentada à Delegacia Regional de Trabalho, para fins de registrar o arquivo, na forma da Lei.

Brusque, 01 de maio de 2011.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE BRUSQUE GUABIRUBA,
BOTUVERÁ E NOVA TRENTO - SINDUSCON

ADEMIR J. PEREIRA
Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE
BRUSQUE – SINTRICOMB

RENATO JOSÉ LUNGEN
Presidente